

Doutrinas e factos

Fazer doutrina social, espalhar a verdade da Justiça, esclarecer os espíritos confundidos e perturbados pelos erros sociais, não só parece obra meritória, como dever de todo aquele que tem consciência de uma doutrina e crença no seu valor.

Os operários, regra geral, aderam de boa vontade a aqueles princípios em que podem descortinar alguma esteira de luz. Não se preocupam demasiado com princípios filosóficos, nem com a lógica das conclusões, nem sequer com a beleza dos argumentos. Desde que se dirijam os raciocínios à demonstração de que é preciso haver pão para todos, logo aceitam, sem mais discussão, todo o enunciado doutrinal. Por falta de cultura, por falta de ginástica intelectual, não existe na alma operária o sentido da verdadeira crítica.

Quanta vez tenho tirado a experiência! Perante operários com alguma cultura já, tem-me acontecido expor a doutrina d'este ou daquele autor. É infalível, quando as conclusões parecem justas, observar o seu espanto ao concluir pela falsidade de todo o sistema. Acreditam mais em mim do que nas minhas afirmações! Certa ocasião, por exemplo, em que expunha a doutrina de Ricardo sobre o salário, responderam-me prontamente que não poderia ser verdadeiro o sistema. Razões não mas sabiam dar. Chocava-os apenas a conclusão da inevitável miséria da classe operária. Doutra vez, falando de um autor socialista, obtive a resposta seguinte de um dos meus ouvintes: —«o senhor diz que esse homem é socialista? Logo não é verdade o que ele dizia?». Ao que um outro respondeu: «Tu vais ver como ele nos vai mostrar que tudo aquilo é mentira».

Por si próprios, não são capazes, regra geral, de discernir o bem do mal, nesta matéria. Contentam-se com as conclusões. Se estas lhes parecem boas, aceitam facilmente toda a doutrina. Se lhes parecem más, rejeitam imediatamente tudo o resto.

Assim se explica a desorientação da maior parte, a indiferença de muitos e até a desordem de alguns. A vida económica capitalista negou ao operário os direitos da sua inteligência. Não estranhe agora que a inteligência operária negue a priori os direitos do capitalismo.

Há que rever, portanto, a posição da inteligência no mundo do trabalho. Urge preparar os homens, brutalizados pela máquina, a uma nova vida intelectual. Urge, sobretudo, instruir os jovens operários, dar-lhes cultura suficiente antes de entrar no trabalho, e continuar o aproveitamento metódico das horas livres, do tempo do descanso, para um enriquecimento progressivo do seu espírito. Sem este esforço, toda a doutrinação será vã e inútil, porque o trabalhador só é capaz de olhar para as conclusões... práticas das doutrinas.

Vem isto a propósito de um caso que foi objecto de discussão entre operários. Passa-se o facto em Coimbra, com um contratado dos Hospitais da Universidade.

Salário, 16\$00 diários. Oito filhos. Ao todo, dez pessoas. Não ganha aos domingos. Praticamente 14 escudos por dia. Se os repartirmos por 10 pessoas, teremos 1\$40 por cabeça e por dia.

—Resultado? dizia o mais esperto d'elles todos, é terem de meter um filho numa creche, outro no Ninho dos Pequenininhos, outro num estabelecimento do Estado, outro ainda numa «Casa de Trabalho».

Não era melhor, concluia, dar a este chefe de família um salário conveniente para que sustentasse com o seu ganho toda a família? Mais valia que o dinheiro gasto nesses «Ninhos dos Pequenininhos», nessas creches, nesses asilos, nessas «Casas de Trabalho», fôsse distribuído em salários convenientes e bastantes para a educação dos filhos.

O bom do operário, sem dúvida inteligente e arguto, não soube compreender que todas aquelas instituições seriam sempre necessárias, mesmo que os salários estivessem à altura da sua função social de sustentar plenamente a Família. Quantos casos não será preciso sempre remediar, por melhores que sejam ou venham a ser as condições de vida do trabalhador!

Mas compreendem muito bem que havia neste e noutros casos uma grande anomalia. Ela salta, de facto, a vista.

O liberalismo dizia que a única força capaz de tirar os operários da sua situação de miséria estava em suas próprias mãos. Era a concorrência que entre si se faziam, por excesso de braços, a causa única dos baixos salários. Reduzindo a concorrência operária pela limitação dos nascimentos, imediatamente sairiam da sua triste condição. Tudo o que se fizesse, portanto, em legislação social ou em desenvolvimento da Assistência só serviria para agravar ou, pelo menos, perpetuar o mal, pois dava ao operário a certeza de não morrer de fome, nem ele nem os seus filhos.

Contra esta doutrina anti-social apareceu a natural reacção! Legislações sociais e assistência. Esta última desenvolve-se, porém, de cada vez mais, sempre em prejuízo da Família.

Não seria, de facto, muito melhor que toda a política social se dirigisse de preferência para a independência económica das Famílias operárias, dispendendo em salário familiar aquilo que se gasta em assistir à insuficiência do salário? Não seria, de facto, muito preferível que a criança vivesse no seu lar natural, criando laços de união familiar impercíveis, do que receber o pão e a educação num ambiente artificial, anti-natural, como são todas essas instituições que as arrancam dos braços de suas mães, para que estas possam corromper os seus braços, a sua alma e o seu coração, na fábrica à procura de um salário que o seu marido deveria ganhar?

Estas conclusões valem mais do que muitas doutrinas. E não há doutrina que as destrua.

Por isso os operários, incapazes de seguir as doutrinas por falta de ginástica intelectual, limitam-se apenas à observação dos factos e por eles andam desorientados, sem uma doutrina em que acreditem.

ABEL VARZIM.